

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 35.473.014/0001-07 – NIRE 35.300.566.181

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Finalmente, a administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ativo circulante	88.952	Passivo circulante	63.003
Caixa e equivalente de caixa	42.774	Fornecedores	44.040
Contas a receber	39.247	Imposto de renda e contribuição social a recolher	980
Outros ativos	6.931	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.868
		Outros passivos	14.115
Ativo não circulante	6.236		
Imobilizado	6.072	Passivo não circulante	3.231
Intangível	164	Outros passivos	3.231
		TOTAL DO PASSIVO	66.234
		Patrimônio líquido	28.954
		Capital social	104.000
		Capital social a integralizar	(51.000)
		Prejuízos acumulados	(24.046)
TOTAL DO ATIVO	95.188	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.188

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Período de Maio a Dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Receita operacional líquida	44.940
Custos dos serviços prestados	(67.931)
Prejuízo bruto	(22.991)
Receitas operacionais	805
Despesas com comercialização	(8.391)
Despesas gerais e administrativas	(3.284)
Outras receitas, líquidas	12.480
Prejuízo operacional	(22.186)
Resultado financeiro, líquido	1.995
Prejuízo antes dos tributos	(20.191)
Imposto de renda e contribuição social	(3.848)
Prejuízo do período	(24.039)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Aporte de Capital à vista pela Telefônica Brasil em 02.08.2021	28.000	-	-	28.000
Aporte de Capital à vista pela TC&CT em 02.08.2021	25.000	-	-	25.000
Aporte de Capital em parcelas a realizar pela TC&CT	51.000	(51.000)	-	-
Outros resultados abrangentes – planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	-	(7)	(7)
Prejuízo do período	-	-	(24.039)	(24.039)
De 01/05/21 a 02/08/21	-	-	(5.523)	(5.523)
De 03/08/21 a 31/12/21	-	-	(18.516)	(18.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	104.000	(51.000)	(24.046)	28.954

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Período de Maio a Dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Prejuízo do período	(24.039)
Outros resultados abrangentes	(7)
Resultado abrangente do período	(24.046)

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 35.473.014/0001-07 – NIRE 35.300.566.181

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período de Maio a Dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(9.694)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(32)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	52.500
	<hr/>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	42.774
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.774

NOTAS EXPLICATIVAS às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais)

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "CloudCo"), com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 1690, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, planejamento, gestão, consultoria, *outsourcing*; gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em equipamentos de rede, informática e tecnologia da informação e comunicação, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era controlada pela Telefônica Brasil S.A. ("TBrasil"), que detinha 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representadas por R\$100,00 (Cem Reais), porém sem atividades operacionais.

As atividades operacionais da Companhia iniciaram-se a partir de 1º de maio de 2021.

Em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da TBrasil aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), controlada direta da Telefônica S.A. ("Operação").

A Operação permitirá que a Companhia se desenvolva como uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, visando alavancar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios. Inclui ainda, a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a TBrasil atuará como canal de vendas exclusivo da Companhia.

Esta Operação não está sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia, gerando valor a seus acionistas através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis no patrimônio líquido da Companhia, decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em recursos pela TBrasil (1)	28.000
Resultado da Empresa em 02/08/21 (2)	(5.523)
Patrimônio Líquido da Empresa em 02/08/21, antes do closing	22.477
Subscrição de capital à vista pela TC&CT (3)	25.000
Subscrição de capital em parcelas pela TC&CT (3)	51.000
Capital a capitalizar em parcelas pela TC&CT (3)	(51.000)
Patrimônio Líquido da Empresa em 02/08/21, após o closing	47.477

Aporte de capital realizado pela TBrasil com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias.

- (1) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

- (2) Subscrição de capital realizado pela TC&CT com recursos, com a emissão de 190.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da CloudCo Brasil por um preço de emissão total de R\$76.000, sendo R\$25.000 integralizado no *closing* e R\$51.000 a integralizar em parcelas até janeiro de 2023.

Com a conclusão da Operação, a partir de 2º de agosto de 2021, a Companhia passou a ser controlada pela TBrasil, com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TC&CT).

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma condizente com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o CPC 03 (R2) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Diretoria, em reunião realizada em 22 de março de 2022, autorizou e

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 35.473.014/0001-07 – NIRE 35.300.566.181

aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A seguir, apresentamos as políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

c) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. d) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis.

A Companhia possui apenas ativos intangíveis com vida útil definida, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

f) Tributos

f.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

f.2) Tributos diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes,

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 35.473.014/0001-07 – NIRE 35.300.566.181

independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu nenhum montante de imposto de renda e contribuição social diferidos.

f.3) Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada município e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

h) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação serviços relacionados às suas atividades operacionais descritas na nota 1. As receitas estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, incidentes sobre elas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

i) Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não estava envolvida em processos judiciais.

k) Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor, caso aplicáveis, são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

l) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

l.1) Perda estimada para redução ao valor recuperável

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

l.2) Ativo imobilizado

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

4) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher:

	31.12.21
Imposto de renda	717
Contribuição social	263
Total	980

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	2021 (1)
Prejuízo antes dos tributos	(20.191)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	6.865
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	(10.773)
Despesas indedutíveis	(25)
Outras exclusões	85
Débito tributário corrente	(3.848)

(1) Compreende o período de maio a dezembro de 2021.

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 35.473.014/0001-07 – NIRE 35.300.566.181

5) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	31.12.21
Impostos e contribuições retidos na fonte	313
PIS e COFINS	929
Total	1.242

6) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31.12.21
PIS e COFINS	1.380
ISS	1.330
IPI	1.158
Total	3.868

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$100,00 (Cem Reais), representado por 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência da Operação descrita na nota 1, ocorreram os seguintes eventos:

- Em 2 de agosto de 2021, aporte de capital de R\$28.000 em recursos, realizado pela TBrasil, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal
- Em 2 de agosto de 2021, aporte de capital de R\$76.000 realizado pela TC&CT, com a emissão de 190.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R\$25.000 integralizado no closing e R\$51.000 em parcelas até janeiro de 2023.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$104.000, representado por 510.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 320.000 ações ordinárias de titularidade da TBrasil e 190.000 ações ordinárias de titularidade da TC&CT.

b) Capital social a integralizar

Refere-se ao montante de R\$51.000 a ser integralizado pela TC&CT em até 18 meses (nota 1).

DIRETORIA

Alex Martins Salgado
Diretor Presidente

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Diretor Jurídico

Carlos Cesar Mazur
Contador CRC 1PR028067

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes opinam, por unanimidade, favoravelmente, a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Santana de Parnaíba, 22 de março de 2022.

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de Administração

David Melcon Sanchez Fria
Conselheiro de Administração

Pablo Eguirón Vidarte
Conselheiro de Administração

Debora Heredia Ignacio Bortolasi
Conselheira de Administração

Maria de Jesus Almazor Marsal
Conselheira de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "CloudCo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "CloudCo") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 35.473.014/0001-07 – NIRE 35.300.566.181

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022.

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
 Contador CRC 1SP168728/O-4